

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E REGISTRO DA PERCEPÇÃO DOS PESCADORES DE LAGOSTA DAS PRAIAS DO SEIXAS E PENHA, JOÃO PESSOA, PB

Patricia Aguiar de OLIVEIRA ¹; Ana Lúcia VENDEL ²; Maria Cristina Basílio CRISPIM ³

RESUMO

O diagnóstico da pesca foi realizado entre os meses de julho e outubro de 2007, através de entrevistas baseadas em 37 questões, visando o levantamento socioeconômico da comunidade pesqueira e investigar o interesse dessa população em participar de atividades produtivas que complementassem a sua renda familiar. Foram entrevistados 100% dos pescadores em atividade na região, após a realização de um censo prévio na comunidade. A renda mensal média da maioria dos lagosteiros varia entre R\$ 201,00 e R\$ 400,00. Aqueles que têm renda inferior a R\$ 200,00 complementam a mesma com atividades paralelas como construção civil, atividades de caráter informal e comércio. As comunidades de lagosteiros das praias do Seixas e da Penha caracterizam-se pelo atual ingresso de indivíduos mais jovens, que fazem uso do recurso (38% tem até 20 anos), pela modificação gradativa na arte de pesca, segundo as modificações impostas pela lei, e pela ausência de fiscalização quanto às políticas públicas que visam à sustentabilidade da captura da lagosta na região.

Palavras-chave: Perfil socioeconômico; pesca artesanal; lagosta

SOCIOECONOMIC PROFILE OF LOBSTER'S FISHERMEN ON THE SEIXAS AND PENHA BEACHES, JOÃO PESSOA, PB

ABSTRACT

The diagnosis of lobster's catchers was developed between July and October 2007, through interviews composed by 37 questions aiming the socio economic knowledge of the lobster catchers community, investigating the motivation of that community to participate of productive activities, in order to complement their salary. 100% of the lobster catchers were interviewed after a research in the community. The mensal income of most of them is between R\$ 201,00 and R\$ 400,00. Those who have a lower salary then complement it with other activities, such as civil construction, commerce and informal ones. The lobster's fisherman communities of Seixas and Penha beaches are characterized by the new ingress of young men who are exploring this resource (38% have less than 20 years), by the gradual changing in the fishery gear, following the law requirements and by the lack of inspection in conformity with the public politics in a way of sustainability of the lobster catching in the region.

Key words: Socioeconomic profile; artisanal fishery; lobster

Artigo Científico: Recebido em: 12/05/2008 – Aprovado em: 15/01/2010

¹ Professora do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba. CCBSA-UEPB. Rua Cap. Severino Cesarino da Nóbrega, nº 71, Edif. Res. Engenho Santana, Aptº 202, Jardim São Paulo - CEP 58.051-220 - João Pessoa - PB - Brasil. e-mail: cissa.butterfly@gmail.com

² Professora do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba. CCBSA-UEPB. e-mail: analuciavendel@gmail.com

³ Professora do Departamento de Sistemática e Ecologia da Universidade Federal da Paraíba. DSE-UFPB. e-mail: ccrispim@dse.ufpb.br

INTRODUÇÃO

Os pescadores que trabalham com a pesca da lagosta nas praias do Seixas e da Penha, João Pessoa, Paraíba, são considerados artesanais. Por definição, o pescador artesanal é aquele que, com meios de produção próprios, exerce a sua atividade de forma autônoma, individualmente ou em regime de economia familiar ou, ainda, com auxílio eventual de outros parceiros, sem vínculo empregatício (SEAP, 2004).

Para MONTENEGRO *et al.* (2001), os pescadores fazem parte de uma rede ecossistêmica e suas interações não devem ser observadas apenas do ponto de vista do uso e apropriação dos recursos, mas no contexto das relações sociais. No que se refere à tomada de decisões, eles estão diariamente agindo, não só como “forrageadores”, que procuram fazer escolhas ótimas, mas também, comportando-se como fiscalizadores do ambiente que lhes fornece sustento.

Uma característica marcante na pesca da lagosta relaciona-se com os apetrechos de pesca utilizados na captura, os quais, com o passar dos anos, foram sendo modificados e/ou reintroduzidos de acordo com a evolução e a importância da pesca, assim como adequação às novas leis. De acordo com o IBAMA (1994), a caçoeira apresenta-se como uma modalidade de pesca que causa danos ao meio ambiente, quando em operação na captura da lagosta. Seu uso foi proibido pela primeira vez em 1971, liberado em 1992, e novamente proibido em 2007.

A escolha das comunidades do Seixas e da Penha como local de estudo, reside no fato de lá se encontrar uma grande atividade extrativista de lagosta. Esta atividade envolve uma problemática sócio-ambiental fortemente ligada ao sustento de várias famílias da região. A pressão exercida pelo mercado consumidor, relacionada com o crescente turismo regional, contribui para a necessidade de ações que favoreçam a manutenção deste recurso natural na região.

Desta forma, este estudo objetiva subsidiar informações sobre os pescadores artesanais que permitam aos órgãos governamentais traçar futuras políticas de incentivo, baseadas no conceito de desenvolvimento sustentável.

Área de estudo

As comunidades do Seixas ($7^{\circ}09'12.72''S$ e $34^{\circ}47'37.32''O$) e Penha ($7^{\circ}09'55.90''S$ e $34^{\circ}47'45.18''O$) estão localizadas no litoral sul de João Pessoa (Figura 1). Limitam-se ao norte com o bairro Cabo Branco, ao sul com o Pólo Turístico Cabo Branco, através do riacho do Aratu, a leste com o Oceano Atlântico, e a oeste com o Planalto Cabo Branco, através da rodovia PB 008. A Praia do Seixas caracteriza-se por uma ocupação desordenada da orla marítima, com predomínio de barracas na beira-mar, residentes permanentes e temporários, bares e restaurantes. O Bairro da Penha, mais conhecido como Praia da Penha, distingue-se da Praia do Seixas pelo fato de que os principais residentes são pescadores e moradores de baixa renda. Este bairro subdivide-se em três núcleos principais: Vila dos Pescadores, Beira-Mar e Praça Oswaldo Pessoa. A população total da Penha é de aproximadamente 773 habitantes (IBGE, 2000), distribuídos em 150 domicílios, ocupando uma área de 41,5 hectares, a uma densidade demográfica de $19,67 \text{ hab ha}^{-1}$.

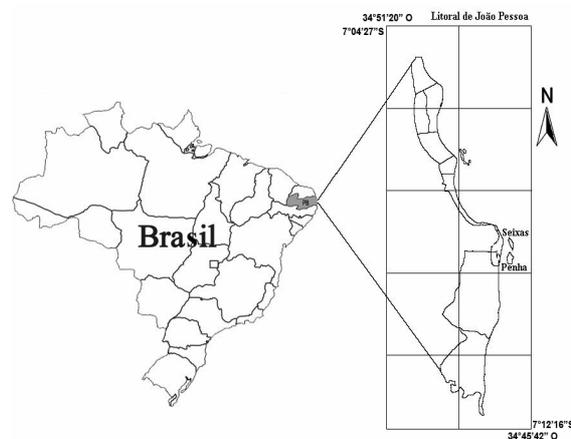


Figura 1. Localização das comunidades do Seixas e Penha no litoral de João Pessoa, PB

MATERIAL E MÉTODOS

Por meio da investigação e descrição dos elementos sociais e ambientais referentes aos pescadores de lagosta das praias do Seixas e da Penha, traçou-se o seu perfil socioeconômico pelo enfoque de descritores como idade, nível de instrução, relação de trabalho, renda, além dos aparelhos e locais de pesca, ordenamento e fiscalização da pesca da lagosta.

Além das entrevistas estruturadas, com aplicação de questionário, seguiu-se a observação participativa, que consiste em uma técnica que possibilita não somente a aproximação com aquilo que se deseja conhecer e estudar, como também permite construir um conhecimento partindo da realidade do campo (LOPES, 2000).

Este estudo teve início com a realização de reuniões na sede da Associação dos Pescadores da Penha e conversas informais com os mesmos, com a finalidade de esclarecer-lhes os objetivos do presente estudo. Durante este primeiro contato, a observação participativa foi efetivamente privilegiada, possibilitando a inserção gradual na rotina da comunidade.

Primeiramente, foram realizadas entrevistas do tipo livres ou abertas com dez pescadores, sendo cinco do Seixas e cinco da Penha, para direcionar o contexto a ser estudado. A partir das informações obtidas, construíram-se roteiros para a aplicação dos questionários. A técnica determinada para a coleta das informações socioeconômicas foi a entrevista estruturada (GIL, 1999), compondo um questionário com 37 questões, sendo 15 sobre o perfil do pescador e 22 sobre a pesca da lagosta.

Após o primeiro momento de aproximação informal da comunidade, iniciou-se a aplicação dos questionários para compor o perfil socioeconômico dos pescadores. Foi ainda realizado um levantamento prévio da quantidade de pescadores de lagosta, para que, no decorrer do estudo, a abordagem fosse a maior possível. No período entre julho e outubro de 2007, foram

aplicados questionários aos pescadores no Seixas e na Penha. Foi ainda investigado o interesse da população em participar da criação/elaboração de um protocolo de cultivo da lagosta em cativeiro, no intuito de complementar a sua renda familiar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados 37 pescadores de lagosta das praias do Seixas e da Penha totalizando 100% do universo amostral no local, fato que reflete a grande disposição dos pescadores em contribuir com o estudo. Não foi registrada nenhuma mulher que trabalhe com a pesca específica da lagosta nas praias do Seixas e da Penha, embora em pesquisa na mesma comunidade, LIMA-SILVA (2007) registrasse atividade feminina como marisqueiras e pescadoras de peixes.

A partir dos dados obtidos através do perfil socioeconômico dos pescadores abordados, observou-se que em 35% deles, a faixa etária concentra-se entre 21 e 30 anos (Figura 2). Da mesma maneira, esta foi a faixa etária predominante para a comunidade de pescadores do Município de Aquiraz, CE (RODRIGUES e MAIA, 2007). Isto revela que, apesar das dificuldades registradas para esta atividade, os jovens continuam ingressando nela, talvez pela tradição familiar, ou por falta de oportunidade em outras atividades. Destaca-se a incidência de 19% de menores trabalhando na pesca da lagosta e de forma ilegal, pois todos os menores afirmam fazer uso da prática do mergulho livre para a captura da lagosta. Não há registro de lagosteiros com idade superior a 60 anos.

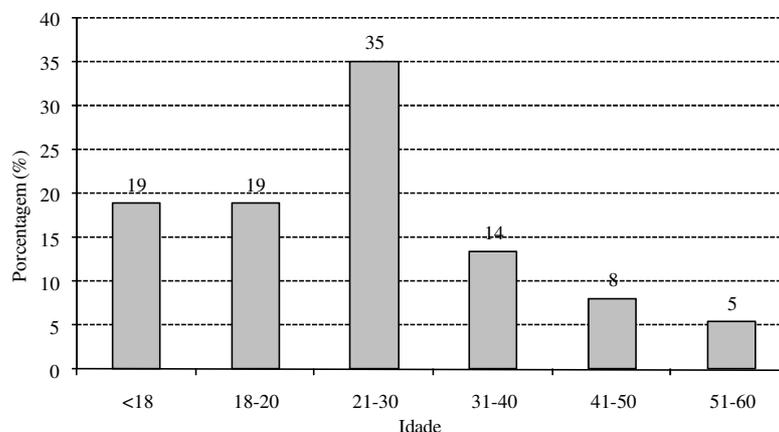


Figura 2. Idade dos lagosteiros das praias do Seixas e da Penha, João Pessoa, PB, entrevistados entre os meses de julho e outubro de 2007

Quanto ao nível de escolaridade, predomina o ensino fundamental completo (43%), 27% cursaram até o ensino médio, 22% só concluíram o primário e 8% não freqüentaram a escola. O principal motivo apontado pelos entrevistados para a baixa escolaridade foi a impossibilidade em conciliar estudo e pesca, pois eles começam a trabalhar muito cedo, para prover seu sustento e o de sua família. Outro motivo descrito foi o fato de se tratar de uma atividade exaustiva, além da longa permanência embarcados, que os impede de se dedicarem aos estudos. Por outro lado, os resultados evidenciam que, apesar de considerarem difícil conciliar estudo com a pesca, os filhos dos pescadores só devem ir para o mar acompanhando seus pais ou familiares após o término do primário, ou seja, a partir dos 10 anos. Resultados registrados por SILVA *et al.* (2007), em Conceição do Araguaia-PA, mostram que 57% dos pescadores tem ensino fundamental incompleto e 27% são analfabetos. A maior escolaridade dos pescadores do Seixas e da Penha pode ser explicada pela existência de uma escola de ensino fundamental no próprio bairro, além da insistência dos pais para que os filhos estudem, na tentativa de que estes não sigam a sua própria profissão, que muitos acreditam ser bastante difícil e com pouco retorno. O índice de analfabetismo encontrado no presente estudo deve-se aos pescadores mais antigos.

Quanto ao estado civil, foi registrado o predomínio de homens solteiros (57%) em detrimento dos casados (19%). Em pesquisas recentes QUINAMO (2006), MELO (2006) e LIMA-SILVA (2007) observaram que essas duas categorias não expressam a real situação da maioria dos moradores da praia da Penha. Tais autores registraram, durante as conversas informais, que a maioria das uniões se caracteriza pela informalidade, ou seja, não há o casamento legal, mas sim o compartilhamento da casa e da responsabilidade financeira com os filhos destas uniões. Devido a esta constatação, desde o princípio das entrevistas neste trabalho, foi incluído no questionário o item "Mora junto" que obteve o elevado valor de 24%. Tal categoria não foi incluída nas entrevistas aos pescadores de Aquiraz, CE, em que predominaram homens casados (52,31%), seguidos por solteiros (43,71%), com viúvos e separados ocorrendo em menor

percentual, 0,66% e 3,71% respectivamente (RODRIGUES e MAIA, 2007).

Com relação ao tempo que trabalha com a pesca, a maioria atua há menos de 10 anos (Figura 3), com predomínio de menores de idade que freqüentam a escola. O período máximo da atividade no local foi de 41 anos. A maior parte deles, 76% aprendeu a pescar com parentes e 24% com pescadores mais experientes. Em Conceição do Araguaia, PA, 55% dos pescadores exercem a profissão há mais de 16 anos, 26% entre 06 e 15 anos e 19% há menos de 05 anos (SILVA *et al.*, 2007). Os dados indicam que a atividade é desenvolvida por diferentes gerações e o conhecimento da pesca é transmitido aos mais jovens, visando proporcionar condições para a prática da pesca, em razão, também, da falta de empregos no mercado formal. A diferença observada no tempo de pesca entre estas duas comunidades pode ser em consequência de pescadores mais antigos terem deixado a atividade, em razão de seus barcos necessitarem de consertos e não haver verba para tal. Os pescadores mais novos, por não terem problemas em adquirir crédito, conseguiram buscar investimento para estes barcos e ingressar na atividade.

Em geral, os lagosteiros trabalham de três a quatro dias por semana, dependendo das condições climáticas, que são mais favoráveis no verão, período em que eles permanecem mais tempo em atividade no mar. Quando questionados sobre a condição do estoque de lagosta, eles são unânimes (100%) em afirmar que têm notado a diminuição dos estoques, a cada ano. Os lagosteiros atribuem tal diminuição à pesca predatória (100%), pesca industrial (5%) e captura de indivíduos jovens e/ou em período de desova (32%), em desrespeito ao defeso, demonstrando conhecimento empírico acerca da conservação da lagosta. De forma semelhante, MELO (2006) relata que 80% dos pescadores na Penha apontaram os fatores antrópicos como responsáveis pelo declínio dos estoques pesqueiros naturais. Valor que aumentou em 2007, quando LIMA-SILVA (2007) descreveu que 90% dos pescadores no mesmo local, desde os mais experientes até aos mais novos na atividade, afirmam o mesmo. Tais estudos revelam o crescente grau de conscientização referente à diminuição da pesca por esta comunidade.

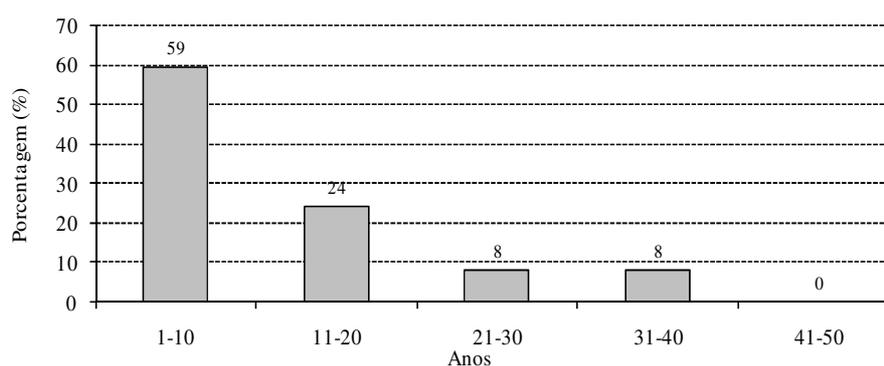


Figura 3. Tempo de pesca dos lagosteiros das praias do Seixas e da Penha, João Pessoa, PB, entrevistados entre os meses de julho e outubro de 2007

Os pescadores das praias do Seixas e da Penha reclamam da presença de navios de outros estados na costa paraibana. Conforme relatado por um pescador, tais navios levam 25 mil litros de óleo a bordo, 18 mil quilos de isca, têm autonomia de 10 meses no mar e utilizam equipamentos modernos para a localização dos estoques de lagosta. Outro relato descreve barcos com mais de 1.500 covos atuando na região. Tais reclamações não representam uma insatisfação recente no local (MELO, 2006). Diferente da pesca industrial de lagosta, que não é praticada na região, a pesca artesanal deste recurso é uma atividade menos impactante ao ambiente, já que a mesma está fundamentada em técnicas rudimentares de captura, de maior seletividade e com menor índice de predação (CARDOSO, 2000).

A escassez de recursos marinhos, provocados pela sobreexploração, gera conflitos. A pesca da lagosta dirige-se para uma situação impraticável de ameaça pela pesca excessiva e pela pesca industrial. A fiscalização existente é insuficiente para coibir a ilegalidade, embora os locais de pesca, produção e comercialização dos artefatos ilegais sejam conhecidos.

Quando indagados sobre as vantagens em ser pescador, a maioria (62%) relata a ausência de patrão e garantia de alimentação, e destaca, ainda, a categoria referente à liberdade de horários na atividade (38%). Com relação às desvantagens, eles relatam a falta de instrumentos de trabalho (62%), dificuldades de crédito e financiamento (43%), que o trabalho é pesado e cansativo (41%), mal remunerado (35%), que o mercado é fraco (16%) e que existe discriminação da atividade

(8%). Destaca-se que muitos dos entrevistados reportam-se a mais de uma categoria em suas respostas neste item. Ainda assim, 14% dos entrevistados afirmam não ter desvantagens. Mesmo dentre aqueles que apontaram desvantagens, 70% afirmam que nunca pensaram em desistir da profissão e 51% asseguram que é possível sustentar-se apenas com a pesca de lagosta.

Assim como no presente estudo, LIMA-SILVA (2007) concluiu que este comportamento de criticar, apresentado pelos entrevistados, relaciona-se ao fato de que eles sabem, ou julgam saber, aquilo que o pesquisador deseja ouvir, quer seja para se apresentarem informados e politicamente corretos, quer seja devido à falsa idéia de que o pesquisador possa providenciar melhorias àquela comunidade. Por isso, tal conduta é observada com frequência em pesquisas de cunho social.

A renda mensal média alcançada pela maioria dos lagosteiros varia entre R\$ 201,00 e R\$ 400,00 (Figura 4). Aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos entrevistados tem renda inferior a R\$ 200,00 sendo a mesma complementada por atividades paralelas como construção civil (pintor, auxiliar de pedreiro), atividades de caráter esporádico e comércio informal. No outro extremo, a maioria dos lagosteiros com renda superior a R\$ 600,00 tem barco próprio.

Entre os pescadores entrevistados, 51% revelaram que praticam, em paralelo com a pescaria, outras atividades remuneradas. Os demais 49% afirmaram que a pesca da lagosta é sua única atividade, e que desta advém o sustento

de suas famílias. Como atividade de lazer, este segundo grupo afirma assistir televisão, conversar com amigos, jogar bola, fazer trabalhos em casa, cuidar dos filhos e descansar. VASCONCELOS *et al.* (2003), em estudo com pescadores artesanais no Rio Grande do Norte, descrevem que 60,9% dos pescadores possuem renda familiar até R\$ 240,00 e 32,6% ganham de R\$480,00 a R\$520,00 e, ainda,

que 29,9% acumulam outra atividade além da pesca como: construção civil, comércio e agricultura. Verificou-se que a renda da comunidade pesqueira da Penha é superior à da comunidade pesqueira do Rio Grande do Norte, mas que em ambas, para parte dos pescadores, a renda da pesca é insuficiente, levando-os a procurar outras atividades paralelas.

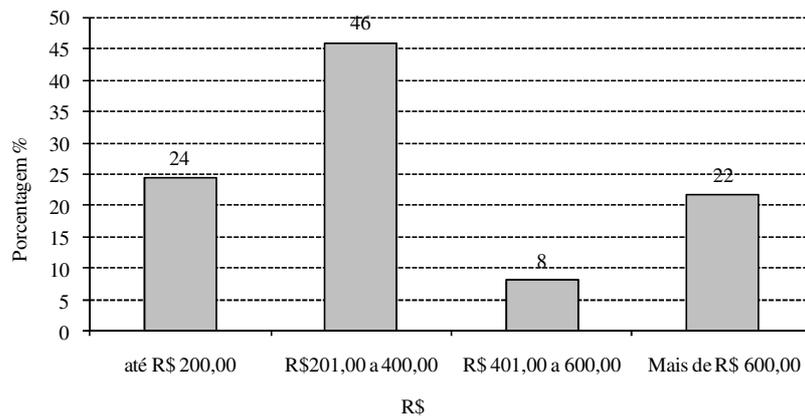


Figura 4. Renda obtida com a captura de lagosta pelos pescadores das praias do Seixas e da Penha, João Pessoa, PB, entrevistados entre os meses de julho e outubro de 2007

Com relação ao local de pesca, 73% pescam nos recifes, 62% após os recifes, 46% entre o recife e a praia e 24% em alto mar (Figura 5). O ambiente recifal é o local de pesca preferido dos

pescadores devido ao fácil acesso, via barco a remo, a vela ou mesmo a nado, em oposição ao acesso ao alto mar, exclusivo aos pescadores que possuem barco a motor.

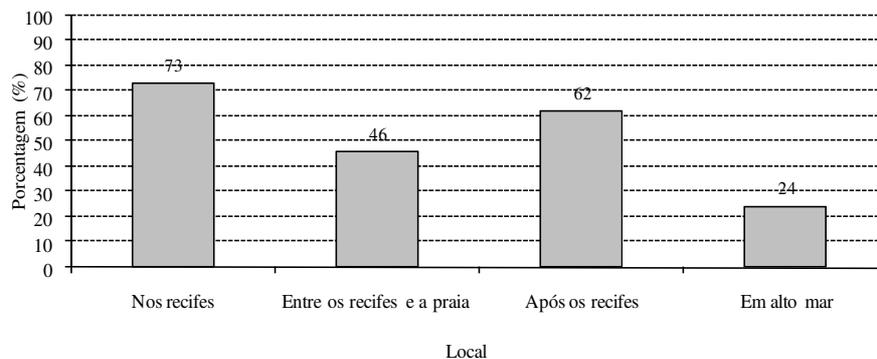


Figura 5 - Local de pesca dos lagosteiros das praias do Seixas e da Penha, João Pessoa, PB, entrevistados entre os meses de julho e outubro de 2007

Entre os apetrechos de pesca fabricados pelos lagosteiros, os principais descritos são bicheiros, redes e covos. Com relação à aquisição destes instrumentos, 70% dos pescadores os fabricam para uso próprio, enquanto 30% os adquirem de terceiros. No entanto, a manutenção é de responsabilidade de cada pescador, seja ele proprietário, parceiro ou apenas empregado do barco.

Os lagosteiros fazem uso de mais de uma arte de pesca de lagosta. A maioria pratica mergulho livre (89%), seguido pelo uso da rede de espera (49%), manzuá ou covo (32%) (Figura 6). Todos os pescadores afirmam saber da existência de instrumentos de pesca proibidos por lei para captura da lagosta, dentre eles o compressor, mas, mesmo sabendo disso, 24% dos pescadores

afirmam praticar mergulho com compressor. Além destes, 76% reconhecem que a rede de espera (çaçoeira) também é proibida (Instrução normativa nº138 de 6 de dezembro de 2006), mas 49% insistem no uso desta arte. Por outro lado, eles desconhecem que o mergulho livre é proibido pela mesma legislação em seu Artigo 9º e relatam, ainda, que devido a essas proibições previstas na nova lei, muitos pescadores passaram a se dedicar à

exploração de outros recursos. Observou-se que os lagosteiros que permanecem nesta atividade têm adequado as suas artes de pesca, segundo as modificações impostas pela lei. Torna-se difícil confirmar que tal atitude relaciona-se ao desenvolvimento de uma consciência ecológica, mas acredita-se que não se deva simplesmente à sanção imposta pela legislação, que por enquanto, não tem sido acompanhada de uma fiscalização eficiente.

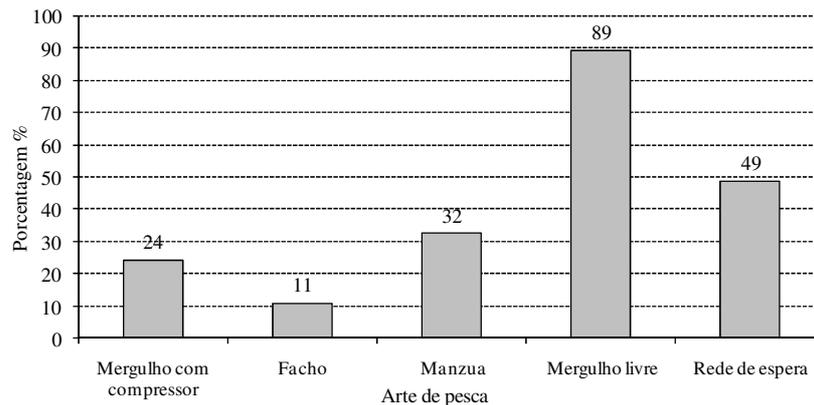


Figura 6. Artes de pesca dos lagosteiros das praias do Seixas e da Penha, João Pessoa, PB, entrevistados entre os meses de julho e outubro de 2007

O barco a motor é utilizado por 57% dos pescadores, 41% deslocam-se para os recifes a nado, 35% usam barcos a vela e 16% barco a remo. Vários lagosteiros utilizam mais de uma forma de acesso aos locais de pesca, ou seja, alguns, mesmo tendo motor nos barcos, usam vela para economizar combustível e praticam mergulho livre. A maioria trabalha em barcos de parceria (47%) e de terceiros (12%), alegando a dificuldade de financiamento para aquisição de barco próprio. Mesmo assim, 41% dos pescadores possuem seus próprios barcos e são estes que obtêm o maior lucro.

Em se tratando de legislação, a maioria dos pescadores (76%) afirma que o defeso não funciona, e atribuem tal fato, unanimemente, à falta de fiscalização por parte do poder público, e uma pequena parte deles, ainda cita o desrespeito por parte dos próprios pescadores como responsáveis pela ineficácia do defeso.

Com relação ao destino da lagosta, 97% pescam para consumo e destes, 62% também a comercializam. Dentre os que a repassam, 91% vendem a intermediários, localmente conhecidos por pombeiros (Figura 7). A ineficácia das infra-

estruturas de armazenagem, processamento e comercialização da lagosta na região, obriga o pescador a aderir ao sistema de intermediação, forçando-o a repassar o produto o mais rápido possível, submetendo-se aos preços estabelecidos pelos pombeiros. De modo semelhante, em Aquizar, CE, a maioria dos pescadores (73,5%) repassa a sua produção ao atravessador, 25,2% são vendidos para o consumidor diretamente na praia ou nas barracas, e o restante é utilizado para o consumo próprio (RODRIGUES e MAIA, 2007). Isto mostra que os pescadores poderiam lucrar mais se tivessem organizados de forma a introduzirem os seus produtos (seja a lagosta ou o peixe) diretamente no mercado, diminuindo a interferência do atravessador ou intermediário, que geralmente é quem corre menos riscos (não vai ao mar) e auferir maior lucro.

Foi relatado que não existe preferência, por parte do pescador que pratica mergulho livre, em relação à espécie a ser capturada, pois não existe diferença no preço de comercialização. As três espécies ocorrentes no local, *Panulirus laevicauda* (100%), *P. argus* (95%) e *P. echinatus* (92%), são capturadas em proporções semelhantes.

A maioria dos pescadores relata que durante o período da lua nova aumenta a quantidade de indivíduos capturados, pois a falta de luminosidade à noite facilita a pesca de rede e alegam que “na lua cheia a lagosta vê a rede e não

emalha, na noite de escuro ela vai mariscar e fica presa na rede”. Já para a pesca de mergulho, o verão é o período de maior captura de lagostas e atribuem tal fato à maior transparência da água e menor influência de ventos.

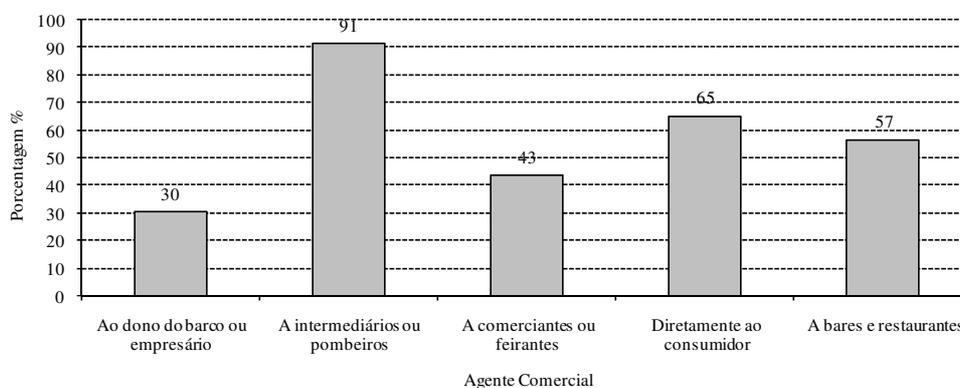


Figura 7. Destino das lagostas capturadas que são comercializadas pelos pescadores das praias do Seixas e da Penha, João Pessoa, PB, entrevistados entre os meses de julho e outubro de 2007

Quando questionados sobre o interesse em participar do cultivo de lagostas, todos os entrevistados são favoráveis, alegando a necessidade de aumentar a renda familiar, pois com o cultivo, aumentaria o lucro sem a dependência das condições climáticas. Cerca de 30% relatam que seria mais fácil cultivar do que pescar e 8% acreditam que, desta forma, o ambiente seria melhor preservado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas comunidades de pescadores artesanais que atuam na captura da lagosta nas praias do Seixas e da Penha, João Pessoa, PB, ocorre o predomínio de pescadores jovens, solteiros, que pescam há menos de 10 anos, trabalham de três a quatro dias por semana (dependendo das condições climáticas), têm renda mensal média de um salário mínimo, sendo esta renda complementada com atividades paralelas como construção civil e comércio informal. Estes lagosteiros praticam mais de uma arte de captura, como o mergulho livre, a rede de espera e o covo, e a maioria fabrica seus próprios instrumentos de pesca. Possuem consciência de que a metodologia empregada para a captura da lagosta contribui de forma direta para a sua escassez e reconhecem a ineficácia do defeso. Atribuem a isto a falta de fiscalização por parte do poder público e o

desrespeito por parte dos próprios pescadores. Afirmam, ainda, que o preço da lagosta é estabelecido pelos intermediários, que lucram devido à ineficácia da infra-estrutura na região.

As comunidades de lagosteiros das praias do Seixas e da Penha caracterizam-se pelo atual ingresso de indivíduos mais jovens que fazem uso do recurso (38% tem até 20 anos), pela modificação gradativa na arte de pesca, segundo as modificações impostas pela lei, e pela ausência de fiscalização quanto às políticas públicas que visam à sustentabilidade da captura da lagosta na região.

É importante identificar os detentores de conhecimento ecológico local na comunidade para estabelecer regimes de manejo, pois grande parte dos pescadores demonstra uma forma de controle sobre os recursos naturais baseada no conhecimento acumulado e, sobretudo, vinculadas às dificuldades do dia-a-dia e à pressão direta e imediata pela subsistência.

Acredita-se ser aqui oportuno salientar a necessidade de investimento em educação nas comunidades estudadas, pois tal atitude pode reverter em uma transformação da organização social entre esses pescadores, no sentido da melhoria na capacidade de avaliação dos custos de produção e, conseqüentemente, nos níveis de qualidade de vida das comunidades. Desta forma, sugere-se o desenvolvimento de projetos ou

programas que mobilizem as comunidades quanto à organização e gestão do conhecimento sobre a atividade pesqueira, implementados através de associações ou cooperativas de pescadores, visando seu desenvolvimento socioeconômico e cultural e despertando neles noções de desenvolvimento sustentável.

Em razão do baixo nível de renda da categoria, há necessidade de se oferecer financiamentos mais adequados, tanto em relação ao volume e acesso aos recursos, quanto a melhores condições de pagamento. Tal apoio permitiria um sensível incremento da produção e melhoria nas condições de trabalho, pois o financiamento poderia possibilitar-lhes a compra de motores eficientes, tornando a captura mais eficaz, evitando a distribuição da renda por não pescadores, refletindo-se no aumento da renda proporcionada pela captura da lagosta.

É necessário promover políticas adequadas de melhoria de renda, que privilegiem alternativas de trabalho, principalmente no período do defeso, quando a pesca é proibida.

Verifica-se ainda a necessidade de intensificar trabalhos de educação ambiental nas comunidades pesqueiras voltados para o pescador artesanal, capazes de conscientizar e instrumentalizar os mesmos, visando à utilização dos recursos naturais de forma responsável, garantindo-lhes a sustentabilidade e promovendo a melhoria da qualidade de vida das comunidades pesqueiras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos pescadores artesanais que fizeram parte deste trabalho, em especial a Bil e Jarbas, ao CNPq, pela colaboração através de bolsa de pesquisa durante o período de execução do trabalho. Ao Professor Dr. Alexandre Ramlo Torre Palma, pela ajuda com a análise estatística, e aos dois revisores anônimos, pela revisão criteriosa, sugestões e correções do trabalho.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, R.O. 2000 *O Trabalho do Antropólogo*. 2 ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP. 220 p.

GIL, A.C. 1999 *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª ed. São Paulo. Atlas. 207 p.

IBAMA. 1994 *Relatório da reunião do grupo permanente de estudos da lagosta - GPE da lagosta*. Tamandaré: IBAMA/CEPENE.. 232p.

IBGE. 2000 *Anuário estatístico. Rio de Janeiro, v.60. 852p.*

LOPES, I.A.C. 2000 *Memória Feminina: cultura e sociedade na comunidade da Penha*. João Pessoa. 63p. (Trabalho para obtenção do título de Bacharel em Ciências Biológicas. Universidade Federal da Paraíba).

LIMA-SILVA. L. 2007 *Estudo da viabilidade da produção em cativeiro do peixe ariacó (lutjanus synagris): Proposta de conservação da biodiversidade marinha e de desenvolvimento local para os pescadores da praia da Penha-PB*. João Pessoa. 106p. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba).

MELO, R.S. 2006 *Planejamento Turístico-recreativo dos Ambientes Recifais das Praias do Seixas, Penha e Arraial (PB)*. João Pessoa. 160p. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba).

MONTENEGRO, S.C.S.; NORDI, N.; MARQUES, J.G. 2001 Contexto cultural e econômico da produção e ocupação dos espaços de pesca pelos pescadores de Pitu (*Macrobrachium carcinus*) em um trecho do baixo São Francisco, Alagoas-Brasil. *Interciência*, Caracas, 26(11): 535-540.

QUINAMO, T.S. 2006 *Pesca Artesanal e Meio Ambiente em Áreas de Manguezais: o caso de Itapissuma, no complexo estuarino-costeiro de Itamaracá, Pernambuco*. João Pessoa. 183p. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba).

RODRIGUES, R.A. e MAIA, L.P. 2007 Caracterização sócio-econômica das comunidades de pescadores do município de Aquiraz-Ceará. *Arquivos de Ciências do Mar*, Fortaleza, 40(1): 16-23.

SEAP, Instrução Normativa Nº 03, de 12 de maio de 2004.

SILVA, M.C.; OLIVEIRA, A.S.; NUNES, G.Q. 2007 Caracterização socioeconômica da pesca artesanal no município de Conceição do Araguaia, estado do Pará. *Amazônia Ciência e Desenvolvimento*, Belém, 2(4): 37-51.

VASCONCELOS, E.M.S.; LINS, J.E.; MATOS, J.A.; JUNIOR, W.; TAVARES, M.M. 2003 Perfil socioeconômico dos produtores da pesca artesanal marítima do estado do Rio Grande do Norte. *Boletim Técnico do CEPENE*, Tamandaré, 11(1): 277-292.